



23 DE JULHO DE 2015

Quinta-feira

- **PARANÁ – PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO E DE DÉBITOS (PPI E PPD) – REGULAMENTAÇÃO**
- **GOVERNO REDUZ META FISCAL PARA 0,15% DO PIB**
- **O INTERIOR E A DETERIORAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**
- **A ARTE DE EMPREENDER QUE PROVOCA IMPACTOS SOCIAIS**
- **INDÚSTRIAS AVANÇAM NA LOGÍSTICA REVERSA**
- **DÓLAR TEM MAIOR ALTA EM QUASE 2 MESES E VAI A R\$ 3,22**
- **BRASIL TEM SETE EMPRESAS ENTRE AS 500 MAIORES DO MUNDO**
- **UNIÃO SE PREPARA PARA COLOCAR EMPRESAS PÚBLICAS NA BOLSA**
- **GAMA INAUGURA FÁBRICA DE MOLDES EM CAXIAS DO SUL**
- **ESPAÇO DO SEBRAE/RS TERÁ DESAFIO DE ROBÓTICA, FAB LAB E TECNOLOGIA ASSISTIVA, ENTRE OUTROS ATRATIVOS**
- **ACO E MONTADORAS TRAZEM MAIS NOTÍCIAS RUINS ÀS SIDERÚRGICAS; AÇÕES DESPENCAM ATÉ 12,8%**
- **DISTRIBUIDORES DE AÇOS PLANOS TÊM PIOR 1º SEMESTRE EM 6 ANOS**
- **DISTRIBUIÇÃO CORTA 11% DOS FUNCIONÁRIOS**
- **OFERTA DE MINÉRIO DE FERRO SERÁ MAIOR QUE DEMANDA FRACA DA CHINA, PREVÊ GOLDMAN SACHS**
- **MMX REVÊ PLANO QUE SERÁ VOTADO EM AGOSTO**
- **FÁBRICAS DE CAMINHÕES TÊM OCIOSIDADE DE 70%**
- **USO DE CAPACIDADE DA INDÚSTRIA É O MENOR DESDE JANEIRO DE 2011**
- **INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DE EMPRESÁRIOS CAI AO MENOR PATAMAR DA SÉRIE, DIZ CNI**

- VENDAS DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE SÃO ESTIMADAS EM ALTA
- DESEMPREGO SOBE PARA 6,9%, A MAIOR TAXA PARA JUNHO EM 5 ANOS
- CURITIBA E RIO DE JANEIRO JÁ ACUMULAM INFLAÇÃO ACIMA DE 10% EM 12 MESES
- VOTORANTIM SUSPENDE PRODUÇÃO DE FÁBRICA
- DETERIORAÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA, APONTA CNI
- INADIMPLÊNCIA NA INDÚSTRIA AMEAÇA SUBIR
- EMPRESAS TERÃO DE ENTREGAR DECLARAÇÃO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

CÂMBIO EM 23/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,282	3,283
Euro	3,598	3,600

Fonte: BACEN

Paraná – Programas de Parcelamento Incentivado e de Débitos (PPI e PPD) – Regulamentação

08/07/2015 - Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

O Estado do Paraná através dos Decretos nº 1.931 e 1.932/2015, publicados no DOE de 20/07/2015, regulamentou o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), para a liquidação dos débitos do ICMS, e o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos (PPD), para a liquidação dos débitos estaduais de natureza tributária ou não tributária (ITCMD, IPVA, Taxas, Multas Administrativas ou Contratuais Diversas, dentre outros), instituídos pela Lei nº 18.468/2015.

Programa de Parcelamento Incentivado (PPI)

O PPI foi estabelecido com o intuito de incentivar o pagamento de créditos tributários de ICMS com fatos geradores ocorridos até 31/12/2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, da seguinte forma:

- I. em parcela única, com a exclusão de 75% do valor da multa e de 60% do valor dos juros; e
- II. em até 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de 50% do valor da multa e de 40% do valor dos juros.

III. Os débitos de parcelamentos anteriores poderão ser incluídos no PPI, desde que os contribuintes solicitem a rescisão antecipada destes parcelamentos.

A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela no caso de parcelamento.

Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos (PPD)

O PPD foi instituído a fim de incentivar a liquidação de débitos de IPVA, ITCMD, taxas de qualquer espécie e origem, multas administrativas de natureza não-tributária e multas contratuais de qualquer espécie e origem, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

Neste programa poderão ser liquidados débitos de natureza tributária, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, e de natureza não-tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2014, inclusive aqueles parcelados anteriormente.

O beneficiário do PPD poderá liquidar os débitos consolidados das seguintes formas e reduções:

I. Débitos tributários:

a. redução de 75% do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b. redução de 50% do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento em até 120 parcelas;

II. Débitos não-tributários:

a. redução de 75% do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b. redução de 50% do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento em até 120 parcelas.

A adesão ao PPD deverá ser individualizada, por tipo de débito, e dar-se-á mediante acesso ao endereço eletrônico www.fazenda.pr.gov.br, na forma disciplinada em norma de procedimento, e o ingresso no programa será realizado por formalização da opção do contribuinte e após o pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Em ambos os programas estabelecem que o **prazo para pagamento da parcela única, deverá ocorrer até o dia 30/09/2015** e em **caso de parcelamento a adesão deverá ser efetivada até às 18 horas do dia 30/09/2015.**

Por fim, informamos que as parcelas mensais dos programas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir do

primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Governo reduz meta fiscal para 0,15% do PIB

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O governo brasileiro anunciou nesta quarta-feira (22) uma redução drástica das metas de superávit primário neste e nos próximos dois anos, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica.

Também elevou os cortes de despesas em 2015 em R\$ 8,6 bilhões e abriu a possibilidade de abater até R\$ 26,4 bilhões da meta fiscal deste ano o que, no limite, pode até gerar novo déficit primário.

[INFOGRÁFICO: confira os detalhes da nova meta e do corte anunciado pelo governo](#)

A “poupança” feita pelo governo para o pagamento de juros da dívida pública foi reduzida em 2015 para R\$ 8,747 bilhões, ou 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB), contra R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, previstos até então, anunciaram os Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

O governo também reduziu a meta fiscal de 2016 e 2017 para, respectivamente, 0,7% e 1,3% do PIB. O objetivo anterior para cada um dos próximos dois anos era de 2% do PIB, porcentual que agora só deverá ser alcançado em 2018.

As alterações nas metas fiscais precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional, via projeto de lei encaminhado pelo governo, num momento de crise política entre Executivo e Legislativo.

“Apesar de estarmos reavaliando a meta, nosso compromisso é de continuar a garantir a disciplina fiscal”, disse o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, acrescentando que mudança na meta é algo “excepcional” e que o esforço do governo será para mostrar resultados acima dos novos parâmetros.

Dívida pública

O esforço fiscal maior do governo anunciado no início do ano, quando a atual equipe econômica assumiu, tinha o objetivo de reduzir a relação dívida bruta/PIB, indicador bastante monitorado pelas agências de classificação de risco.

Mas isso não está ocorrendo. Segundo dados do Banco Central, em dezembro a dívida bruta correspondia a 58,91% do PIB e, em maio – último dado disponível – ela havia ido a 62,1%.

O governo passou a ver que ela fechará este ano a 64,7% do PIB, sobre 63,4% previstos até então. Para 2016, prevê agora 66,4%; 66,3% em 2017 e chegando a 65,6% no ano seguinte.

A alteração no alvo fiscal deste ano, segundo Levy, foi necessária por causa da forte frustração das receitas em meio a um quadro de enfraquecimento da economia. A previsão de receita líquida foi reduzida em um pouco mais de R\$ 46 bilhões, para R\$ 1,112 trilhão.

Além disso, a estimativa de despesas subiu em R\$ 11,4 bilhões, principalmente por causa de gastos maiores com abono e seguro desemprego, e de benefícios previdenciários.

O cenário levado em consideração pelo governo é de que o PIB terá contração de 1,49%, com inflação a 9%.

Abatimento

Além de reduzir a meta, o governo anunciou que poderá abater do alvo fiscal deste ano até R\$ 26,4 bilhões, dependendo do comportamento das receitas extras esperadas e de algumas medidas que dependem de aprovação do Congresso.

Na prática, se o governo fizer o abatimento, o país poderá fechar o ano com déficit primário de mais de R\$ 17 bilhões. Em 2014, já houve um rombo, equivalente a 0,63% do PIB.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse que o governo incluiu a possibilidade de abatimento da meta como uma "cláusula de contingência". E o abatimento não será utilizado para aumentar as despesas.

"O intuito é mostrar que há uma receita, que depende de ações em andamento", disse Barbosa, acrescentando acreditar na aprovação das medidas no Congresso.

Ele citou medidas de recuperação de débitos em atraso, que podem gerar até R\$ 10 bilhões; regularização de ativos no exterior, com potencial de receita de R\$ 11,4 bilhões; e concessões e permissões no valor de até R\$ 5 bilhões.

Débitos em atraso

Como uma das principais apostas para aumentar as receitas em ano de arrecadação fraca, o governo publicou medida provisória permitindo que as empresas usem créditos fiscais para quitar dívidas em atraso.

O novo programa, batizado de Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit), deverá gerar arrecadação de R\$ 10 bilhões e prevê o pagamento à vista em dinheiro de 43% do débito, sendo o restante pago com o prejuízo fiscal nos balanços das empresas acumulados até 2013.

Poderão ser quitados apenas débitos tributários questionados administrativamente ou na Justiça e as empresas terão que desistir dos processos.

Pessimismo do governo sobre contas preocupa economistas

A redução da meta fiscal para quase zero surpreendeu economistas, que viram um pessimismo preocupante – alguns viram exagero – do governo em relação à trajetória das contas públicas nos próximos anos, indicando a possibilidade da existência de algum "esqueleto" ou "pedalada" ainda desconhecida que precisará ser desfeita.

O alerta maior veio com a possibilidade de o país ter um déficit de R\$ 17,7 bilhões (cerca de 0,3% do PIB) se fracassarem as concessões, a repatriação de dinheiro de brasileiros no exterior e o programa de recuperação de débito tributário em litígio. O governo espera obter R\$ 26,4 bilhões nessas três frentes.

"Isso é preocupante porque sinaliza que não haverá cortes adicionais nos gastos, caso o governo não obtenha essas receitas extraordinárias e que não dependem dele. Lembra quando retiraram os investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da meta fiscal", disse Fabio Klein, economista da consultoria Tendências.

"Apesar de ter sido largamente esperado, minha avaliação é que foi uma chamada para abrir os olhos sobre as dificuldades severas do país na frente fiscal. Nada de bom pode vir, fora isso", disse o economista Alexandre Schwartzman.

Para o economista Mansueto de Almeida, especialista em contas públicas, o Brasil caminha para ter o maior endividamento entre os países emergentes, superando a Índia.

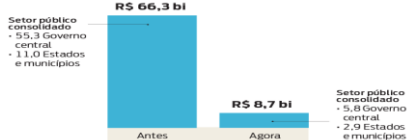
Nas contas de Mansueto, a dívida bruta do setor público poderá passar de 67% do PIB neste ano, superando os 64,4% previstos pelo FMI para a Índia.

Em junho, a dívida bruta (não inclui as reservas) do país atingiu R\$ 3,539 trilhões, o equivalente a 62,5% do PIB.

AJUSTE FISCAL

O governo reduziu drasticamente a meta fiscal — de R\$ 66,3 bilhões para R\$ 8,7 bilhões — em um esforço para fechar as contas no azul em 2015. Além disso, decidiu bloquear mais R\$ 8,6 bilhões no Orçamento de 2015, totalizando um corte total de R\$ 79,4 bilhões neste ano.

META FISCAL



Desempenho mensal em 2015 em bilhões de R\$	em bilhões de R\$					Acumulado em R\$ % PIB	
	jan	fev	mar	abr	mai	em R\$	% PIB
Setor público consolidado	21,1	-2,3	0,2	13,4	-6,9	25,6	1,1
- Governo central	10,1	-6,7	1,5	10,6	-8,9	6,7	0,3
- Estados e municípios	10,5	5,2	-1,1	2,6	2,0	19,2	0,8

Metas futuras em % PIB	em % PIB			
	2015	2016	2017	2018
Meta fiscal	0,15	0,7	1,3	2
Dívida líquida	36,3	37,8	38,4	38
Dívida bruta	64,7	66,4	66,3	65,6
Resultado nominal	-6,47	-4,58	-3,23	-2,36

CORTE NO ORÇAMENTO



Histórico de cortes orçamentários no governo petista



Fonte: Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Infografia: Gazeta do Povo.

O interior e a deterioração do mercado de trabalho

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O ambiente econômico brasileiro vem registrando rápida e drástica deterioração das variáveis determinantes do comportamento do mercado de trabalho, nos primeiros meses de 2015.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, realizada pelo IBGE em 3,5 mil municípios, revela subida do desemprego de 6,5% da população economicamente ativa (PEA), no último trimestre de 2014, para 8,1% da PEA, no trimestre compreendido entre março e maio de 2015.

Embora tenha permanecido estável, na mesma base de cotejo, a remuneração média do trabalho declinou 0,7%, entre janeiro-março e março-maio de 2015, passando de R\$ 1.877/mês para R\$ 1.863/mês.

Na mesma linha, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE, captura, na média dos redutos metropolitanos de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, uma trajetória de impulsão do desemprego e queda dos rendimentos.

A taxa de desocupação saltou de 4,8% da PEA, em 2014, para 6,1% da PEA, entre janeiro e maio de 2015.

Enquanto isso, a renda real do pessoal ocupado, ao atingir R\$ 2.117,10 em maio de 2015, expõe decréscimo de 1,9% e 5% frente ao mês anterior e ao mesmo mês de 2014, respectivamente.

Os centros econômicos mais afastados da atmosfera metropolitana também sentiram a intensificação das condições adversas.

Considerando que a Pnad Contínua possui envergadura nacional e a PME reflete parte da dinâmica metropolitana, o confronto entre os resultados de ambas oportuniza a formulação da pressuposição de que o quadro de instabilidade vivido presentemente pela economia nacional vem atingindo de maneira mais contundente as bases econômicas operantes no interior do país, fenômeno reproduzido em desemprego maior e renda menor.

Por certo, a rota cadente do ciclo de negócios é generalizada, praticamente não poupando ramos de atividade ou localidades.

Aliás, é interessante assinalar que estágios de instabilidade do capitalismo reservam reduzidas frações para o funcionamento de "ilhas de prosperidade" em meio a fortes tempestades oceânicas.

Nessa perspectiva, a metrópole vem acusando, de maneira direta, a perda de embalo dos eixos de crescimento, sustentados no consumo privado e movidos a crédito, emprego formal e salários, estes referenciados aos ganhos reais do salário mínimo.

Os segmentos mais afetados pela radical reversão da direção de pleno emprego, verificada a partir do segundo trimestre de 2014, foram fabricação de bens de capital e de consumo duráveis, construção civil, comércio e serviços.

De seu turno, os centros econômicos mais afastados da atmosfera metropolitana também sentiram a rápida conformação e intensificação dessas condições adversas, agravadas por dois grupos de elementos específicos, sintetizados na diminuição da corrente de renda da cadeia produtiva articulada ao agronegócio e na retração dos investimentos, notadamente em infraestrutura.

A performance menos animadora do complexo rural, apesar do acréscimo de 6,7% do volume de produção das lavouras temporárias e permanentes projetado pelo IBGE para 2015, pode ser imputada essencialmente ao recuo das cotações internacionais das commodities agrícolas, estimado em 16%, em relação a 2014, pelo Deagro, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com as diminuições mais acentuadas experimentadas por soja (-22,2%), trigo (-16,4%) e milho (-10%).

A par disso, a compressão do vetor infraestrutural está intimamente atrelada ao expressivo decréscimo das obras destinadas à ampliação da capacidade e melhoria da eficiência da oferta de energia, comunicações, armazenagem e logística de transportes, subordinadas, em grande medida, às iniciativas e disponibilidade de verbas do setor público e de uma teia de construtoras e empreiteiras a ele vinculada, envolvida em incontáveis episódios de corrupção, em criteriosa apuração pela Polícia Federal e outras instâncias institucionais.

Sem contar os efeitos da ingerência governamental no setor elétrico e a interferência negativa do ajuste recessivo, em implementação pelo Ministério da Fazenda.

(Gilmar Mendes Lourenço, economista, é professor e editor da revista *Vitrine da Conjuntura*, da FAE Business School.)

A arte de empreender que provoca impactos sociais

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Conheço relatos de pessoas que, em um momento de dificuldade financeira, se reinventaram e colocaram em prática uma grande ideia. Alguns são histórias de sucesso. Outros, nem tanto.

Segundo estudo recente, realizado pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Qualidade e Produtividade (IBPQ), três entre cada dez brasileiros na faixa entre 18 e 64 anos são titulares de pessoa jurídica ou estão envolvidos com a criação de alguma nova atividade empreendedora.

O estudo também revelou que a taxa de novos empreendimentos aumentou de 23%, em 2004, para 34,5%, em 2014.

Criado em 2009, o Sistema do Microempreendedor Individual (Simei) já ultrapassou a marca de 5 milhões de formalizações, segundo o Portal do Microempreendedor.

Quase 500 atividades com faturamento de até R\$ 5 mil mensais podem se formalizar, tais como tintureiro, soldador, manicure e açougueiro.

O Simei é uma "ramificação" do Simples Nacional, cuja sistemática define uma forma unificada de arrecadação de tributos, como ISS, ICMS e INSS.

O "Simples", como é conhecido pelos brasileiros, favorece atividades cujo faturamento não ultrapasse R\$ 3,6 milhões e, em 2015, beneficiou atividades como as de médicos, engenheiros, advogados e fisioterapeutas.

Um erro comumente praticado é a confusão que se faz entre atividades da empresa com atividades do sócio.

Tais medidas ratificam a importância dos pequenos e médios negócios como força motriz da economia do país. Mas, como nem só de sonho sobrevive uma grande ideia, os novos empreendedores precisam de orientação para se manter em um mercado altamente competitivo.

O primeiro passo é definir a atividade principal (aquela que prepondera nas operações da empresa), bem como a secundária. Assim, o empresário deve saber que todo serviço realizado deve condizer com o que determina o contrato social.

Um erro comumente praticado é a confusão que se faz entre atividades da empresa com atividades do sócio, no que diz respeito à movimentação de numerário.

Sócio só obtém recursos da empresa se for via retirada de pró-labore ou por distribuição de lucros que deve estar especificada no contrato social, cabendo lembrar que débitos com a previdência oficial impedem a distribuição de lucros aos sócios, sujeitando a empresa a autuações fiscais.

Pagamentos de contas da empresa só podem ser realizados com recursos da empresa, seja via banco, seja via caixa, especialmente quanto a tributos, uma vez que não poderão ser contabilizados em caso contrário.

Contratos celebrados pela empresa, notas fiscais e boletos bancários devem ser mantidos junto aos respectivos comprovantes de pagamento.

A contabilidade deve estar atualizada, em razão das exigências instituídas pela Escrituração Contábil Digital, imposta para alguns regimes de tributação. O futuro é a automatização.

Por fim, e não menos importante, o empresário deve conhecer a carga tributária a que estará sujeito para que possa definir o regime de tributação menos oneroso, uma vez que o peso dos tributos reflete diretamente no preço praticado e na margem de lucratividade, além do fato de assegurar colocação diante da concorrência.

(Sueli Angarita é consultora tributária e especialista do Instituto Millenium.)

Indústrias avançam na logística reversa

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Pelo menos 20 ramos industriais que atuam no Paraná já atenderam ao chamado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e deram os primeiros passos para a implantação dos planos de logística reversa, que consiste na coleta e retorno de resíduos para que os fabricantes os reciclem, reutilizem ou façam a disposição correta.

Os setores de bebidas e da construção civil, por exemplo, estão organizando comitês gestores com representantes do atacado, varejo e transportes, para discutir a responsabilidade compartilhada de cada um.

Uma atividade ainda sem acordo setorial é a que usa o poliuretano como matéria-prima. Para preencher essa lacuna, a Purcom Química apresentou na quarta-feira (22) em Curitiba uma proposta que busca dar um fim mais nobre ao material – uma espuma que pode ser densa ou macia e é usada em travesseiros, colchões, cadeiras, patins, refrigeradores e peças automotivas, entre outras peças. Segundo a empresa, este é o primeiro plano de logística reversa para o setor no Brasil.

Com sede em São Paulo, a empresa fornece o poliuretano a dezenas de empresas no Paraná, que atuam em 170 municípios e descartam 23 mil toneladas de poliuretano a cada ano. O plano prevê a coleta e a reutilização do material.

“As associações começaram a se movimentar, mas ainda não houve nada efetivo. Como temos conhecimento das tecnologias existentes lá fora e temos no DNA da empresa a questão ambiental, formatamos um plano”, diz o diretor de meio ambiente da Purcom, Giuseppe Santanché.

O coordenador de resíduos sólidos da Sema, Vinicio Bruni, ressalta que o governo só pode assinar acordos com representantes setoriais, como sindicatos. “A empresa foi proativa e nos consultou.

Orientamos como formatar o plano, mas já estava muito bom. Estamos abertos ao diálogo com qualquer empresa e setor”, diz. Segundo ele, a proposta de reutilização do poliuretano é muito positiva, pois elimina materiais que ocupam bastante espaço nos aterros e lixões.

Custo

Santanché explica que o objetivo da apresentação em Curitiba é mobilizar os demais atores que atuam no ramo. “Em um primeiro momento precisa haver investimento. Mas, se formos considerarmos toda a cadeia envolvida, o custo será muito baixo. E, conciliando os interesses de quem coleta e de quem dispõe do resíduo, logo a conta estará fechada”, afirma.

“Vai haver um custo, mas não há resistência. A indústria já absorveu bem a ideia da logística reversa”, afirma a analista do Senai Franciele Tomczyk Teran de Freitas. O Senai presta consultoria de planos de logística reversa aos sindicatos e à Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

Nove planos já foram finalizados e outros dois estão em andamento. Segundo Franciele, os estudos contemplam todos os municípios do Paraná. “É preciso trabalhar a regionalização para viabilizar o transporte e a logística dos produtos pós-consumo, ou a logística reversa fica inviável economicamente.”

Quem não cumpriu o prazo ficará impune

O primeiro edital divulgado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de agosto de 2012, previa que alguns setores deveriam apresentar os planos de logística reversa ainda naquele ano. Mas os projetos ainda estão sendo implantados.

O prazo do segundo edital, lançado em 2014, venceu em junho. De acordo com o coordenador de resíduos sólidos da Sema, Vinicio Bruni, o governo do Paraná não pretende punir a indústria que não cumpriu o prazo.

“Todos os setores chamados se comprometeram, de uma forma ou outra. Alguns estão em estágio mais avançado. Em outros estados há possibilidade de punição, mas não é nossa linha. Estamos dialogando. Claro que em breve o espaço para quem não se mexer será menor, pois é preciso atender quem está executando o plano”, explica.

Há setores que podem comprovar que não precisam implantar a logística reversa. “O setor de sacos de sementes, por exemplo, trouxe estudos científicos afirmando que o material poderia ir para o aterro, por não haver risco de contaminação. A conduta nesse caso é passar o estudo para o nosso instituto de tecnologia, o Tecpar, testar. Se ficar comprovado, não há necessidade do plano”, explica Bruni.

Para o diretor da Sema, a logística reversa traz várias vantagens à indústria e à sociedade. “Em vez de ver um problema, pode ser que a empresa descubra uma nova tecnologia e implante outra fábrica para aplicá-la.” E, com a destinação correta de produtos que chegam ao fim da vida útil, haverá menos pressão sobre espaço e uso de aterros.

19 termos

de compromisso para a implantação de planos de logística reversa já foram assinados entre setores de atividades industriais e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema). Entre eles estão: bebidas; construção civil; metal-mecânico; fármacos; minerais não-metálicos; alimentos de origem vegetal; madeira e móveis; embalagens de óleo lubrificante, de pneus, latas, agrotóxicos e produtos de higiene. Há outros dois em andamento e um em formatação.

Como funciona

A logística reversa pretende recolocar os resíduos do pós-consumo (o produto que chega ao final da vida útil e é descartado pelo consumidor) em um novo ciclo produtivo.

Ela está prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10).

Geralmente os resíduos passam por reciclagem física, transformando-se em uma nova matéria-prima.

Em alguns casos também é possível fazer a reciclagem química, que transforma o resíduo na matéria-prima original.

Prorrogação

Os lixões podem ganhar uma sobrevida no Brasil. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, previa o fim deles até junho de 2014. Mas, dos 5,5 mil municípios do país, cerca de 3 mil não cumpriram o cronograma.

Em 1º de julho, o Senado aprovou projeto que posterga o prazo até 2021, dependendo do tamanho do município. O texto tramita agora na Câmara dos Deputados.

Curitiba abre credenciamento de áreas de aterro

Estará aberto até o dia 17 de agosto o credenciamento de empresas interessadas em receber e dar destinação final aos resíduos sólidos domiciliares de Curitiba e outros 22 municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (Conresol).

O cadastro das áreas é uma solução provisória para o problema do lixo gerado na Região Metropolitana de Curitiba. Desde 2010 o lixo é enviado para um aterro em Fazenda Rio Grande e outro na Cidade Industrial de Curitiba, mas os contratos em vigor vencem em outubro.

Segundo informações da prefeitura de Curitiba, as novas áreas credenciadas atenderão o Conresol enquanto não é definido um sistema definitivo. Em junho, a prefeitura firmou um contrato com o International Finance Corporation (IFC), vinculado ao Banco Mundial, que até o final deste ano deve indicar o melhor modelo de destinação dos resíduos sólidos urbanos. A previsão é de que o projeto comece a ser implantado em 2016.

O edital prevê o pagamento de R\$ 64,61 por tonelada de resíduos recebidos. Não há concorrência – todas as áreas credenciadas têm chance de ser habilitadas, se estiverem de acordo com as exigências do edital.

Dólar tem maior alta em quase 2 meses e vai a R\$ 3,22

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O dólar fechou com a maior alta porcentual frente ao real em quase dois meses nesta quarta-feira (22), refletindo preocupações com a situação fiscal do governo brasileiro e acompanhando o fortalecimento da moeda norte-americana nos mercados externos, diante de expectativas de juros mais altos nos Estados Unidos ainda neste ano.

O dólar avançou 1,65%, a R\$ 3,2257 na venda, maior alta desde 26 de maio, quando avançou 1,68%.

As atenções do mercado nesta quarta-feira se voltaram para a expectativa de anúncio pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, nesta tarde, de uma nova meta de superávit primário para este ano.

O governo deve anunciar ainda hoje que a meta de superávit primário para 2015 será reduzida de 1,1% para 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB). Uma fonte disse que o objetivo para 2016 também será reduzido.

“Uma redução muito significativa na meta pode alertar as agências (de classificação de risco) de que a situação no Brasil vai demorar muito mais para melhorar”, disse o operador Glauber Romano, da corretora Intercam.

Classificação de risco

A grande preocupação do mercado é que o Brasil, por conta da deterioração das contas públicas, venha a perder o cobiçado grau de investimento pelas agências de classificação de risco.

“A chance de perder o grau de investimento assusta muita gente, principalmente estrangeiros. Se parecer que o Brasil está caminhando para isso, o mercado vai piorar significativamente”, disse o gerente de câmbio da corretora Treviso, Reginaldo Galhardo.

O mercado já precificou a possibilidade da agência Moody's de cortar o rating soberano brasileiro para o último patamar dentro do grau de investimento, depois de recente missão da agência ao país, mas teme que a agência atribua perspectiva negativa para a nota.

Juros nos EUA

Nos mercados externos, o dólar também se fortalecia em relação a moedas como os pesos chileno e mexicano, dando continuidade à escalada das últimas semanas em meio a expectativas de que os juros nos EUA devam subir ainda neste ano. O aperto monetário na maior economia do mundo pode atrair para lá recursos aplicados em outros países, como o Brasil.

Essas expectativas foram fortalecidas nesta sessão após as vendas de moradias usadas nos EUA avançarem em junho para o nível mais alto em quase 8 anos e meio, sinal de demanda reprimida que deve impulsionar a recuperação do mercado imobiliário e a economia em geral.

“A tendência de longo prazo do dólar é de alta e o mercado está cada vez mais colocando isso no preço”, disse o operador de uma corretora nacional, que preferiu não se identificar.

Swaps

Nesta manhã, o Banco Central vendeu a oferta total no leilão de rolagem de swaps cambiais, que equivalem a venda futura de dólares. Com isso, já rolou o equivalente a US\$ 4,511 bilhões, ou cerca de 42% do lote que vence no início de agosto, que corresponde a US\$ 10,675 bilhões.

Brasil tem sete empresas entre as 500 maiores do mundo

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Apesar de toda a crise vivenciada pela Petrobras no ano passado, a companhia se manteve na 28ª posição na lista das 500 maiores empresas do mundo, divulgada nesta quarta-feira (22) pela revista norte-americana Fortune, com uma receita de US\$ 143,657 bilhões em 2014.

Nas 61 edições da lista, a Petrobras apareceu em 21 anos. Outras seis companhias brasileiras estão no novo ranking, que é liderado por Walmart, Sinopec e Shell.

A segunda empresa brasileira mais bem colocada na lista é o Itaú, que subiu para o 112º lugar, da 138ª posição no ano passado. O Banco do Brasil está em 126º (de 125º no ano passado); seguido do Bradesco, em 185º (de 203º); JBS, em 202º (de 251º); Vale, em 312º (de 218º); e Ultrapar, em 414º (de 430º).

As 500 companhias na lista da Fortune geraram US\$ 31,2 trilhões em receitas em 2014, empregando 65 milhões de pessoas em todo o mundo. No total, 36 países têm representantes na lista. Os Estados Unidos lideram, com 128 empresas, enquanto a China tem 106 representantes.

Petrobras

A revista lembra que a Petrobras é a companhia mais endividada do mundo e agora procura cortar custos, enquanto embarca em um plano para vender US\$ 58 bilhões em ativos até 2018, para assim financiar o desenvolvimento dos "tentadores" projetos em águas profundas.

"A verdadeira história da Petrobras no ano passado foi o grande escândalo de corrupção envolvendo propina e cartel, que contribuiu para a baixa contábil de US\$ 2 bilhões e levou à renúncia da presidente Maria das Graças Foster", aponta a Fortune.

Entre os pontos fortes da Petrobras, a Fortune lembra que a petroleira é a maior empresa da América Latina, com operações em 24 países e quase US\$ 300 bilhões em ativos. Além disso, mesmo com a queda nos preços internacionais do petróleo, as vendas subiram levemente em 2014.

Já as fraquezas apontadas são a grande dívida e o escândalo de corrupção, cujas feridas "vão levar um longo tempo para sarar".

Já no campo "oportunidades", a revista cita as reservas no pré-sal e diz que o escândalo de corrupção pode acabar levando a uma menor interferência do governo na Petrobras, "que tem sofrido com burocracias e investimentos questionáveis".

Entre as "ameaças" identificadas estão a queda nos preços do petróleo e os processos judiciais abertos por acionistas após as descobertas da operação Lava Jato, da Polícia Federal.

União se prepara para colocar empresas públicas na Bolsa

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Atrás de recursos, o governo federal deve agilizar até o fim do ano a venda de parte de ativos de empresas públicas como a Caixa Seguridade, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil) e Infraero. A expectativa da União é que a abertura de capital contribua com o cumprimento da meta de superávit primário de R\$ 55,3 bilhões para este ano.

No caso da Caixa Seguridade – braço formado pelas áreas de seguros, capitalização, previdência complementar, consórcio e corretagem de seguros –, o governo espera colocar à venda pelo menos 25% das ações da empresa na Bolsa de Valores, o que representaria uma arrecadação de cerca de R\$ 7,5 bilhões. A empresa é avaliada em R\$ 30 bilhões e a expectativa é que ela seja levada à Bolsa em outubro.

Roberto Piscitelli, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), não considera que a abertura de capital das empresas deve salvar o ajuste fiscal e equilibrar as contas.

“Devido às dificuldades atuais, fazer isso é também uma forma de fazer um agrado ao setor privado. Na época do FHC tinha essa história que era preciso vender as estatais para ter recursos para aplicar nas funções básicas do estado. Isso na verdade se mostrou uma balela”, diz.

A venda das ações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil) –hoje controlado pela União e outros três acionistas (BB Seguridade Participações, Bradesco Auto RE Companhia de Seguros e Itaú Unibanco Holding) – não deve implicar em recursos diretos para o Tesouro, mas em novas perspectivas de negócios. O ministro Joaquim Levy já declarou que esse tipo de operação gera pagamento de tributos, que reforçam o caixa da Receita Federal.

O governo controla hoje 27,4% do IRB, enquanto a BB Seguridade Participações e a Bradesco Auto RE Companhia de Seguros contam com 20,4% dos papéis cada uma e o Itaú detém 15%. Não se sabe ainda qual o tamanho da fatia que cada um dos controladores pretende vender. A expectativa é que a operação gere cerca de R\$ 3 bilhões.

Exemplo

A última vez que o governo recorreu ao mercado foi em 2013, quando vendeu a BB Seguridade, empresa de seguros do Banco do Brasil, e conseguiu levantar R\$ 11,475 bilhões em sua oferta pública inicial de ações (IPO).

Foi a maior operação do gênero no mundo naquele ano e a segunda maior da história brasileira, atrás apenas do Santander. Foram vendidas as 675 milhões de ações ordinárias (ON, com voto) oferecidas, incluindo os lotes base, adicional e suplementar.

O IRB Brasil, fundado em 1939 por Getúlio Vargas, deteve o monopólio do mercado de resseguros (seguro das seguradoras) até 2008, quando foi aprovada e sancionada a Lei Complementar 126, que abriu o mercado brasileiro. A companhia possui capital privado desde outubro do ano passado.

Reestruturação

A abertura de capital da Infraero faz parte do projeto de reestruturação que a empresa deve passar ainda este ano, depois de ter perdido 54% de sua receita após as concessões de seis aeroportos – Guarulhos, Viracopos, Brasília, Galeão, Confins e São Gonçalo do Amarante. Hoje a empresa precisa de socorro financeiro do governo para investimentos, embora custeie a si própria.

No ano passado, a presidente Dilma Rousseff declarou sua intenção em abrir o capital da Infraero para viabilizar novos investimentos no setor aéreo. “Há uma decisão nossa de abrir o capital da Infraero.

A Infraero tem fases. A primeira fase é abrir o capital. Isso significa mudar a gestão da Infraero”, disse. Ainda não se sabe qual modelo o governo deve optar para a oferta inicial de ações (IPO).

Petrobras vai vender parte de distribuidora

Também há expectativa de que a Petrobras coloque à venda este ano ativos da BR Distribuidora, embora a companhia não confirme detalhes do plano de desinvestimento, que pretende arrecadar US\$ 15,1 bilhões até ano que vem, totalizando R\$ 57,7 bilhões em cinco anos.

Ainda não há definição se a Petrobras optará por abrir o capital da BR Distribuidora na Bolsa de Valores ou se optará por atrair um sócio minoritário.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, o presidente da empresa, Aldemir Bendine, disse que a companhia poderá abrir até 25% do capital, mas que o tamanho da fatia ainda depende de estudos.

Além do braço de distribuição, a Petrobras deve negociar ativos de outras subsidiárias, como a Gaspetro, cujo o fatiamento das participações por regiões para uma oferta em conjunto já está em análise e deve ser conduzida pelo Itaú BBA.

Subsidiária integral da Gaspetro, a TAG tem em análise a venda de até 80% da participação da estatal.

O modelo ainda não está definido, pois havia a preferência, entre executivos da Petrobras, de que a estatal mantivesse o controle acionário, vendendo apenas 49% da sua participação.

A mesma avaliação seria aplicada à TBG, onde a estatal tem apenas 51%. Entretanto, diante da necessidade de caixa, e com a ambiciosa meta de desinvestimentos, a venda de maiores fatias dos ativos está prevalecendo na companhia.

"Há espaço para novo corte de gastos", diz Levy

Na véspera da divulgação do relatório de avaliação de despesas e receitas do Orçamento, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou nesta terça-feira (21) que há espaço para um novo corte de gastos com "vigor e realismo".

"Com discricionariedade, sim", disse. Ele surpreendeu os jornalistas que acompanham o dia a dia do Ministério da Fazenda ao entrar no comitê de imprensa para uma conversa informal com os setoristas.

No encontro, evitou as insistentes perguntas sobre a manutenção da meta fiscal em 1,1% do PIB.

Levy traçou um cenário difícil para a economia e preferiu afirmar: "estou indicando a mudança de cenário, uma mudança significativa, e temos de responder com vigor, mais realismo".

Ele fez questão de ressaltar, ao ser questionado se defendia a manutenção da meta, que nunca tinha se expressado sobre isso.

"Temos de aguardar amanhã [quarta-feira, 22], não vou me precipitar sobre um assunto que é adequadamente conduzido", afirmou.

Diante de uma pergunta sobre se uma redução da meta não daria um sinal negativo ao mercado financeiro, Levy respondeu: "Depende do que se faz, qual é a estratégia. A situação fácil não é.

Alguém está achando fácil? A gente diz que é fácil?", afirmou.

Ele disse que o governo vai conduzir esclarecimentos sobre o quadro fiscal de forma bem transparente e mostrar o porque das receitas terem caído.

Levy afirmou que o governo está trabalhando para aumentar as receitas e que vai considerar, no relatório, a abertura de capital do Instituto de Resseguros do Brasil e da Caixa Seguridade.

Gama inaugura fábrica de moldes em Caxias do Sul

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A indústria de matrizes Gama inaugura no fim deste mês uma fábrica própria. A empresa de Caxias do Sul (RS) é especializada em moldes para injeção de alumínio e plásticos e planejava a nova planta desde 2012. Os principais clientes da companhia estão no setor automotivo.

A Gama fornece moldes para a produção de componentes de motor, bombas de água e de óleo, alternadores, carcaças de motor de arranque, suportes do motor, suportes para caixa e caixas para tampa de bateria.

Também faz matrizes para motopeças. A nova unidade tem 2,5 mil metros quadrados e quase 1,5 mil m² de espaço fabril. "O mercado cresceu e nos impôs a necessidade de ampliação", afirma o diretor Antônio Gaviraghi. Até então a empresa utilizava galpões alugados.

Com o aumento do espaço físico foram adquiridos mais dois centros de usinagem. A Gama estima que a ampliação das instalações deve propiciar um aumento de produção em torno de 50% nos próximos anos.

Em 2016, a expectativa de crescimento no faturamento é de 10%. Segundo a empresa, existem hoje cerca de 2,5 mil produtoras de matrizes no Brasil. Dessas, apenas cerca de 100 trabalham com alumínio.

Espaço do Sebrae/RS terá Desafio de Robótica, Fab Lab e Tecnologia Assistiva, entre outros atrativos

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O ambiente já tecnológico por natureza, proporcionado por centenas de expositores que apresentam seus principais produtos e lançamentos, estará ainda mais atrativo durante a próxima edição da Mercopar, Feira de Subcontratação e Inovação Industrial, que acontece de 6 a 9 de outubro, em Caxias do Sul.

O Salão da Inovação, coordenado pelo Sebrae/RS, ocupará 312 m² com atividades variadas que colocarão o público em contato com ideias, projetos, equipamentos e iniciativas que podem ser utilizadas pelas empresas já estabelecidas e por futuros empreendedores.

Entre as atrações que estão sendo preparadas está o Desafio de Robótica, desenvolvido em parceria com o Polo Marista de Formação Tecnológica, de Porto Alegre, onde o objetivo será construir um artefato que "encaixe" o motor de um caminhão no chassi. Já o espaço Fab Lab será composto por uma pequena oficina e um laboratório, onde os

participantes da Mercopar poderão desenvolver protótipos rápidos, utilizando equipamentos como impressora 3D e fresadora, entre outros, com a orientação de técnicos.

O assunto "criatividade" será abordado de forma mais específica em oficinas com temáticas sobre Storytelling, Gamificação, Geração de Ideias, Arduíno e Prototipagem 3D. E o Espaço de Tecnologia Assistiva, que está tendo a sua formatação finalizada, promete mostrar alguns desafios tecnológicos que poderão ser solucionados por empresas expositoras ou não.

"Serão muitas atividades realizadas ao mesmo tempo e que estarão disponíveis a expositores e visitantes da feira. O objetivo é mostrar o que já está acontecendo no mercado, as novidades, tendências e oportunidades", ressalta o técnico Gustavo Schneck Moreira, da Gerência de Inovação e Tecnologia do Sebrae/RS.

Exemplos de criatividade também poderão ser vistos de perto junto a expositores que participam em projetos de inovação do Sebrae, através dos programas Agentes Locais de Inovação (ALI) e Inova Pequena Empresa RS. O Salão de Inovação contará ainda com um lounge para permitir o network entre os participantes.

A Mercopar será realizada no Centro de Feiras e Eventos da Festa da Uva, em Caxias do Sul, com expositores de vários estados brasileiros.

O evento é reconhecido como o mais importante na área de inovação industrial e subcontratação da América Latina, envolvendo as áreas de automação industrial, borracha, eletroeletrônico, energia e meio ambiente, metalmecânico, movimentação e armazenagem de materiais, plástico e serviços industriais. A realização é do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) e da Hannover Fairs Sulamerica, empresa do Grupo Deutsche Messe AG.

O cadastro para visitação, assim como mais informações sobre o evento, podem ser obtidas pelo site www.mercopar.com.br.

Aço e montadoras trazem mais notícias ruins às siderúrgicas; ações despencam até 12,8%

08/07/2015 - Fonte: InfoMoney

Desde que a China começou a pisar no freio, o mercado já não é mais o mesmo para mineradoras e siderúrgicas. A redução na demanda para o maior consumidor de minério e aço jogou os preços internacionais para níveis muito baixos, deixando as empresas - que já não surfavam em mares tranquilos - com calças curtas diante da retração da economia brasileira.

Nesta terça-feira, uma enxurrada de novas más notícias chegou ao mercado, provocando ainda mais desvalorização às ações do tão sofrido setor siderúrgico.

Hoje, dados do Inda (Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço) e Sindisider (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos). Usando qualquer um dos parâmetros de comparação de resultado entre meses, trimestres ou semestres convencionais, nota-se um novo mergulho do setor com o fechamento de números referentes a junho. Empresários já não conseguem mais vislumbrar quando a crise deve acabar.

Segundo os dados divulgados hoje em coletiva de imprensa, nas compras de aços, o mês de junho registrou queda de 6,5% em comparação com maio, com volume total de 236,6

mil toneladas. Em relação ao mesmo mês do ano passado, as perdas foram ainda maiores: 21,1%.

Nos seis primeiros meses, as compras registraram retração de 15,1% em relação ao primeiro semestre de 2014. Já no caso das vendas de aços planos, junho fechou com retração de 4% em comparação com maio, atingindo a marca de 258,5 mil toneladas.

Em comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi de 19,5%. No ano, foram vendidas 1805,3 mil toneladas, o que corresponde a uma queda de 18,6% contra o mesmo período em 2014.

siderúrgica 2 - aço - CSN

Para além dos resultados ruins para compra e venda, a grande preocupação se concentra também sobre os estoques, que se mantêm bastante altos no setor – o que contribui na queda dos preços e implicam em reduções no ritmo de produção das empresas, que tentam se adaptar à demanda fraca.

Ainda de acordo com dados do INDA, os estoques de junho registraram queda de 2% em relação ao mês anterior, atingindo a marca de 1055,4 mil toneladas, patamar ainda considerado bastante elevado pelos especialistas.

Segundo a entidade, o estoque do insumo usado na produção de bens como veículos e máquinas e equipamentos somou 1,05 milhão de toneladas ao final do primeiro semestre, volume equivalente a 4,1 meses de vendas.

Com números tão negativos, o presidente-executivo do Inda, Carlos Loureiro já estuda rever projeções para baixo para a queda anual estimada em cerca de 15% para o ano. O momento é tão ruim que pode superar os problemas da crise de 2008/2009. "Estamos caindo e não sabemos quando vamos levantar a cara.

Vai ser muito difícil não termos um segundo semestre pior que o de 2009", afirmou Loureiro em coletiva de imprensa na sede do instituto, em São Paulo. Segundo ele, uma série de companhias já trabalha com margens bastante reduzidas, o que já levou algumas a entrarem em recuperação judicial.

Outras, já reduziram a escala de trabalho para 4 dias na semana, para evitar novas demissões e promover um novo enxugamento na folha de pagamentos.

Na avaliação de Loureiro, o clima político também afeta o atual momento enfrentado pelas siderúrgicas. O executivo diz que as dificuldades de se imporem o ajuste fiscal em prática pesa, e que um eventual impeachment da presidente Dilma Rousseff seria muito ruim para a estabilidade do país, que passaria a correr ainda mais riscos da perda do grau de investimento, pelas agências de classificação de risco.

Desvalorização cambial, ação contra China...

Outro a refazer projeções negativas em meio ao contexto de excesso de capacidade mundial do aço e de fraca atividade da indústria no Brasil foi o IABr (Instituto Aço Brasil). A entidade revisou sua estimativa de produção de aço bruto em 2015 para uma queda de 3,4% em relação ao ano passado, a um volume de 32,8 milhões de toneladas.

A expectativa anterior apontava para um crescimento de 6,4% nos volumes produzidos. "Estamos vivendo a maior crise de nossa história", disse o presidente executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes.

O presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, defende que medidas urgentes sejam adotadas para reverter a situação vivida pelo país. "No Brasil temos uma tremenda urgência. Estamos muito atrasados na implementação (de medidas)", disse.

Representantes do setor cobram do governo uma desvalorização do real ante o dólar para reduzir o nível de importações e estimular exportações da commodity produzida no país, uma ação antidumping contra concorrência desleal praticada pela China e, eventualmente, um imposto específico sobre importação de produtos siderúrgicos.

"Precisaremos de um tempo para reorganizar o mercado interno e a saída imediata seria a exportação. E não só para o setor o siderúrgico, mas para todos os setores", disse. Segundo Steinbruch, estimular as exportações seria a medida mais "fácil e rápida" a ser implementada.

"Precisamos de um esforço conjunto para que consigamos exportar mais", destacou. Os dados do IABr do primeiro semestre deste ano já mostram que as siderúrgicas já viraram a chave em relação a destino de parte de sua produção. De janeiro a junho, as exportações do setor cresceram quase 50% e relação ao observado um ano antes.

Segundo o presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil (IABr) e presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Mario Baptista, as margens de rentabilidade da exportação são mais baixas do que as vendas internas, mas essa é a saída para não se fechar plantas.

No caso da Arcelor, o executivo disse que a companhia está mantendo a utilização plena de sua capacidade e que isso tem ajudado, juntamente com a taxa de câmbio e menor preço das matérias-primas, para que a companhia consiga colocar metade de sua produção de aços planos, de 7 milhões de toneladas, no mercado externo.

Representante de montadoras tenta virar a página

O pessimismo dos números de INDA e Sindisider só não é acompanhado de perto pelo discurso oficial da representante das montadoras, Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Em coletiva a jornalistas, o presidente Luiz Moan Júnior reconheceu que o setor automotivo passa por uma "crise momentânea", mas ressaltou que os investimentos no Brasil seguirão acontecendo "sem dúvidas".

Segundo Moan Júnior, não houve cancelamento de investimentos. O setor, diz, segue aplicando recursos pela modernização das fábricas, mesmo em tempos de conjuntura menos favorável.

Para o presidente da Anfavea, é fundamental manter produtividade mesmo em tempos de crise e primar pela proteção dos empregos. Segundo dados divulgados pela própria associação em 6 de julho, 36,9 mil empregados do setor estão em lay off – isto é, com seus contratos de trabalho temporariamente suspensos.

Ações

As ações do setor registraram um dia de forte queda hoje. Os papéis ON da Usiminas (USIM3) fecharam em queda de 12,81%, a R\$ 9,19, na mínima do pregão. Os ativos preferenciais (USIM5) tiveram queda menos expressiva, de 2,78%, a R\$ 3,84.

As ações da CSN (CSNA3) registraram baixa de 6,24%, a R\$ 4,06. Por outro lado, os ativos da Gerdau (GGBR4) tiveram um dia de alta, com ganhos de 0,98%, a R\$ 6,17.

Distribuidores de aços planos têm pior 1º semestre em 6 anos

08/07/2015 - Fonte: Globo.com

Os distribuidores de aços planos no Brasil tiveram no primeiro semestre o pior volume de vendas desde 2009 e a previsão de queda da comercialização neste ano deve ser piorada nos próximos meses, mostraram dados divulgados nesta terça-feira pela entidade que representa o setor, Sindisider.

As vendas dos distribuidores de aços planos, insumo usado na produção veículos e máquinas e equipamentos, recuaram 18,6 por cento de janeiro a junho sobre o mesmo período do ano passado, para 1,8 milhão de toneladas. Apenas em junho, a queda foi de 19,5 por cento.

Em 2009, as vendas no primeiro semestre haviam somado 1,536 milhão de toneladas. O Sindisider prevê queda de 12 por cento nas vendas este ano, para 3,765 milhões de toneladas, mas deve piorar a expectativa nos próximos meses, devido ao fraco desempenho no primeiro semestre, disse o presidente da entidade, Carlos Loureiro.

"Tem muita fábrica parada, estoque alto entre os distribuidores e os clientes dos distribuidores, isso leva a deduzir que a crise vai levar um pouco mais de tempo para ser sanada", disse Loureiro. "As vendas vão continuar caindo por conta desses estoques (nos clientes)", acrescentou.

O setor de distribuição, responsável por cerca de 30 por cento da produção das usinas siderúrgicas nacionais, encerrou o primeiro semestre com estoque de aços planos suficientes para 4,1 meses de comercialização, de 1,055 milhão de toneladas. O nível ideal, segundo Loureiro, seria material para 2,5 a 2,8 meses de vendas.

Para julho, a expectativa é que o volume estocado entre os distribuidores se matenha no patamar de 4 meses, com a entidade esperando estabilidade sobre o fraco nível de vendas de junho. No ano passado, o estoque de aços planos entre os distribuidores do país em julho era equivalente a 3 meses de comercialização.

O cenário de sobreoferta no mercado interno torna difícil para os distribuidores aceitarem reajustes generalizados de preços pelas siderúrgicas, mesmo com a desvalorização do real ante o dólar, disse Loureiro.

Ele avaliou que o terceiro trimestre, normalmente o melhor para o setor em termos de vendas, deve ter desempenho parecido com o do segundo trimestre, que teve queda de 32 por cento na comercialização sobre o mesmo período do ano passado.

Loureiro comentou que os distribuidores estão trabalhando com margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 1,5 por cento ante 7 a 8 por cento em anos considerados "normais" pelo Sindisider, e que o setor encerrou maio com 107.145 postos de trabalho ocupados ante 120.378 em 2014.

Distribuição corta 11% dos funcionários

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A fraca demanda por aços planos levou as distribuidoras a cortarem em cerca de 11% seu quadro de pessoal neste ano. Os dados, fornecidos pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) e colhidos pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (Sindisider), mostram que ao fim de maio o

segmento empregava 107,1 mil pessoas, contra 120,4 mil em dezembro de 2014. Em 30 meses, a redução foi de 17%.

Em entrevista coletiva realizada ontem, Carlos Loureiro, presidente do Inda, disse que os estoques seguem em alta, o que levou empresas a praticarem descontos nos preços de alguns lotes.

As diminuições giram em torno de 5% e 7%, acrescentou, o que faz com que a rentabilidade da distribuição encontre-se em patamar muito baixo. A margem sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) está próxima de 1,5%, contra 7% em anos "normais" para a siderurgia. Isso já levou algumas companhias a pedirem recuperação judicial, explicou Loureiro.

Em junho, as distribuidoras registraram giro de 4,1 meses nos estoques, acima do máximo considerado ideal, de 2,8 meses.

A perspectiva para julho é de recuo para 4 meses, mas a entidade ainda considera o nível alto demais - esse giro só foi visto anteriormente em 2010. O ambiente, contudo, ainda é bem pior do que o observado após a crise financeira de 2008, quando, no pico, os estoques foram a 6,4 meses.

No primeiro semestre, as vendas de aços planos fechadas pela rede associada ao Inda caíram 18,6%, frente a igual período de 2014, para 1,8 milhão de toneladas. As compras dos produtos foram a 1,81 milhão de toneladas, recuo de 15,1%. A estimativa da entidade é de queda em 12% em ambos os casos no acumulado de 2015, mas Loureiro diz que pode haver revisão para baixo em agosto.

Mas o instituto acredita que o chamado "fundo do poço" já foi atingido. Se de maio para junho as vendas caíram 4%, para 258,5 mil toneladas, e as compras ficaram 6,5% menores na mesma comparação, em 236,6 mil toneladas, no mês corrente a expectativa é de estabilidade.

"É difícil recuar mais. Talvez em dezembro, que historicamente tem desempenho pior isso possa acontecer. No terceiro trimestre, por exemplo, os números devem ser parecidos com o segundo", afirmou o presidente do Inda.

O executivo espera recuperação mais aguda apenas no segundo semestre do ano que vem.

Oferta de minério de ferro será maior que demanda fraca da china, prevê Goldman Sachs

08/07/2015 - Fonte: Mining.com

A crescente oferta de minério de ferro transportado por via marítima nos próximos dois trimestres provavelmente vai ser muito maior do que a demanda fraca das usinas da China, segundo o Goldman Sachs Group Inc., que disse que um excesso mundial estava entrando em seu segundo ano.

Embora o começo da construção de moradias na China tenha se recuperado e a infraestrutura tenha superado as propriedades como o maior mercado para o aço, uma melhoria neste semestre talvez não tenha força suficiente para sustentar o minério de ferro, disse o banco em um relatório.

A previsão é de que os preços cairão nos próximos quatro trimestres, de US\$ 49 por tonelada até setembro para US\$ 44 no período de abril a junho de 2016, segundo os analistas Christian Lelong e Amber Cai.

O minério de ferro caiu para o menor nível desde 2009 neste mês em meio à preocupação de que as maiores companhias mineradoras do mundo, dentre elas a Rio Tinto Group, a BHP Billiton Ltd. e a Vale SA, estão decididas a aumentar a oferta de baixo custo mesmo com a demanda vacilante.

As importações da China diminuiram nos primeiros seis meses do ano, enquanto que as usinas locais venderam uma quantidade recorde de produção no exterior. A BHP informará seus dados sobre a produção trimestral na quarta-feira.

"Esperamos que a oferta transportada por via marítima aumente sequencialmente durante os próximos dois trimestres e ultrapasse gradualmente a demanda fraca das siderúrgicas da China", escreveram os analistas do Goldman.

"A próxima etapa de reequilíbrio do mercado de minério de ferro vai ocorrer principalmente entre produtores marginais de oferta transportada por via marítima".

O minério de ferro com 62 por cento de conteúdo enviado para Qingdao subiu 3,4 por cento, para US\$ 52,39 por tonelada seca na segunda-feira, o maior valor desde 3 de julho, segundo a Metal Bulletin Ltd. O preço caiu para US\$ 44,59 em 8 de julho, o menor para dados que remontam a maio de 2009, e caiu 26 por cento neste ano.

MMX revê plano que será votado em agosto

08/07/2015 - Fonte: Mining.com

A MMX Sudeste Mineração, do empresário Eike Batista, apresentou à Justiça de Minas Gerais um novo plano de recuperação judicial, acompanhado de um laudo de avaliação dos ativos da empresa. O novo plano será apreciado em assembleia geral de credores em 20 de agosto.

A MMX Sudeste é subsidiária da MMX S.A., empresa listada na bolsa. No processo de recuperação judicial, iniciado em dezembro de 2014, a empresa reconheceu dívidas superiores a R\$ 470 milhões com os credores.

"A revisão do plano de recuperação judicial da MMX Sudeste apresentada [à Justiça] representa uma significativa melhora na proposta de recuperação [original]", disse, em nota, o presidente da MMX, Ricardo Werneck.

Segundo ele, o novo plano foi resultado do trabalho desenvolvido pela companhia, com o objetivo de preservar a atividade de mineração, resguardar os interesses dos credores e manter os empregos. "Acreditamos na viabilidade do plano e trabalharemos intensamente para sua aprovação e implementação", disse Werneck.

Além de apresentar o novo plano, a MMX Sudeste pediu à Justiça que prorrogue o prazo de suspensão das ações e execuções movidas contra a empresa até a deliberação do plano em assembleia.

Pela lei, a partir do deferimento da recuperação judicial, a empresa fica protegida por 180 dias de eventuais ações e execuções por parte dos credores. Segundo a Justiça, esse prazo termina hoje.

"Dispõe o artigo 6.º, parágrafo 4.º da Lei 11.101/2005 que o prazo de suspensão das execuções e ações não excederá o prazo improrrogável de 180 dias, para que não seja cerceado o direito de possíveis credores.

Contudo, não obstante o comando legal, entendo que o prazo deverá ser analisado caso a caso. Estamos diante de uma empresa que quer preservar sua atividade econômica", escreveu a juíza Patrícia Santos Firmo, da 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), onde tramita o processo da MMX.

Conforme noticiado pelo Valor em junho, o objetivo da MMX ao apresentar um novo plano de recuperação judicial era melhorar as condições de pagamento aos credores e, assim, garantir a adesão da maior parte deles ao plano.

Houve credores que contestaram os valores reconhecidos pela empresa em uma lista apresentada pelo administrador judicial. A juíza da 1ª Vara Empresarial confirmou, em decisão, que a assembleia geral de credores da MMX Sudeste será no 20 de agosto, com segunda chamada no dia 28 do mesmo mês.

Uma fonte disse que houve avanços nas negociações com credores e potenciais investidores que permitiram apresentar um plano revisto mais "maduro". Segundo a fonte, o novo plano indica os ativos à venda e os interessados na compra.

A Trafigura é apontada como potencial compradora da Serra Azul, da MMX, em Minas. A Trafigura já comprou, em consórcio com Mubadala, o Porto Sudeste, que pertencia à MMX, que ficou com participação minoritária no empreendimento.

Na decisão, ao comentar a extensão do prazo de 180 dias contra execuções, a juíza afirmou: "A preservação da atividade da recuperanda [MMX] será favorável aos próprios credores que terão meios para obter o valor que entende lhes seja devido.

Assim, considerando a designação de Assembleia Geral de Credores para avaliar o novo Plano apresentado, entendo justificável e correta a prorrogação dos prazos de suspensão das ações e execuções em desfavor da recuperanda até o dia 28/08/2015, para que nada possa obstar a análise do Plano e a possibilidade de sua aprovação, afastando-se assim, a via falimentar que, com certeza irá prejudicar os credores."

Fábricas de caminhões têm ociosidade de 70%

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A indústria de veículos comerciais pesados está operando com ociosidade próxima de 70%, nas contas da MAN, segunda maior montadora de caminhões e ônibus do país. De acordo com o presidente da empresa na América Latina, Roberto Cortes, o setor caminha para produzir cerca de 120 mil veículos neste ano, quando a capacidade instalada dessa indústria gira ao redor de 400 mil unidades.

A situação, lembrou Cortes, tem forçado as montadoras, inclusive a MAN, a lançar medidas de ajuste de produção e de mão de obra, como férias coletivas, fechamento de turnos de produção, suspensão de contratos de trabalho ("layoff"), redução na jornada laboral e programas de demissões voluntárias.

O executivo acredita que o setor tem sido afetado por uma conjunção de vários fatores adversos - a chamada "tempestade perfeita" -, porém com data para acabar. A dificuldade é saber quando acontecerá o ponto de inflexão, disse.

As declarações foram feitas durante seminário sobre perspectivas organizado na capital paulista pela agência de notícias Autodata, na qual o chefe da MAN e a Anfavea, entidade que abriga as montadoras, traçaram a expectativa de reação no primeiro semestre de 2016, enquanto dirigentes das sistemistas de autopeças Bosch e Delphi apostaram em retomada mais distante, apenas na segunda metade do próximo ano.

Ao falar dos fatores temporários que estão derrubando o desempenho da indústria de caminhões, Cortes citou a instabilidade política, o baixo nível de confiança dos consumidores, a recessão econômica e o aumento dos juros no financiamento a bens de capital, bem como a alta de custos decorrente da inflação e da desvalorização cambial.

O executivo falou também do impacto provocado pela paralisação de grandes obras de infraestrutura e pelo "corte drástico" nas compras de caminhões e ônibus pelo governo.

Segundo Cortes, o quadro de excesso tanto de capacidade instalada como da mão de obra tem sido agravado pela guerra de preços entre as montadoras e pela escalada de custos, tendo como consequência pesados prejuízos financeiros nas empresas.

O executivo ressaltou que a retomada do mercado no ano que vem vai depender da melhora do ambiente político. Fora isso, a inflação terá que dar sinais de redução, assim como o governo precisará dar mostras de que conseguirá reverter o déficit fiscal, disse o presidente da MAN.

Feito isso, ele avaliou que será possível abrir caminho a uma recuperação gradual do combalido nível de confiança de consumidores e empresário na economia, visto como grande responsável pelo agravamento da crise na indústria automobilística. "Há condições para que isso aconteça no segundo semestre", afirmou.

Mais cedo, o presidente da Anfavea, Luiz Moan, destacou que, apesar da recessão setorial, nenhuma montadora está adiando ou cancelando investimentos já anunciados.

Durante sua participação no seminário, ele citou fábricas inauguradas ou prestes a serem abertas por montadoras como exemplos que indicam a confiança na recuperação do setor no longo prazo.

No curto prazo, porém, a reação, prevista inicialmente pela Anfavea para julho, só deve acontecer a partir do segundo trimestre do ano que vem, repetiu Moan, que atribui o atraso da retomada à demora na aprovação do pacote de ajuste fiscal no Congresso - reconhecendo, nesse ponto, o impacto da instabilidade política sobre o setor -, bem como à deterioração nos índices de confiança.

A Anfavea prevê estabilidade, com viés de alta, das vendas no segundo semestre, quando tradicionalmente há um aquecimento do mercado.

Uso de capacidade da indústria é o menor desde janeiro de 2011

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Em junho, a indústria teve queda na produção e no emprego. De acordo com a sondagem do setor, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produção alcançou 40,3 pontos no mês passado, 1,4 ponto inferior ao observado em maio. O indicador varia de zero a cem. Valores abaixo de 50 indicam diminuição da produção frente ao mês anterior.

Segundo a pesquisa, o índice de número de empregados ficou em 40,7 pontos no mês, mantendo-se abaixo dos 50 pontos e com variação negativa de 0,7 ponto em relação a maio (dentro da margem de erro da pesquisa).

O uso da capacidade instalada, que mede o grau de ociosidade do setor, caiu mais um ponto em junho e atingiu 65%, menor percentual já registrado para a série mensal, iniciada em janeiro de 2011.

Para 44,8% dos empresários entrevistados, atualmente o principal problema é a elevada carga tributária. "Esse resultado sugere que as recentes medidas do governo federal para o cumprimento do ajuste fiscal e as discussões sobre o tema teriam aumentado ainda mais a preocupação com os efeitos deletérios da tributação sobre as empresas", diz CNI, na sondagem.

Segundo a entidade, as expectativas dos empresários da indústria estão cada vez mais pessimistas. Os indicadores de expectativa também variam de zero a cem. Valores abaixo de 50 indicam expectativa de redução da demanda, do número de empregos, da compra de matérias-primas ou da quantidade exportada nos próximos seis meses.

Os índices que representam as expectativas da demanda, de compras de matérias-primas e de empregados foram respectivamente de 46,6, 44,6 e 41,1 pontos em julho. De acordo com a CNI, enquanto os dois primeiros oscilaram dentro da margem de erro entre junho e julho, o índice de expectativas de número de empregados recuou um ponto.

A exceção foi a estabilidade na expectativa de exportação: o índice alcançou 49,9 pontos em julho, aumento de 1,5 pontos em relação ao mês anterior.

"Essa exceção pode ser decorrente da desvalorização do real em 2015 e da redução da volatilidade de sua taxa frente ao dólar", diz a CNI. A intenção de investimento caiu a 41,3 pontos, menor valor desde o início da série em novembro de 2013.

Intenção de investimento de empresários cai ao menor patamar da série, diz CNI

08/07/2015 - Fonte: InfoMoney

Os empresários da indústria encerraram o primeiro semestre pessimistas em relação aos próximos meses. De acordo com a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta terça-feira, 21, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a perspectiva é de queda na demanda, número de empregos, compra de matérias-primas e quantidade exportada para os próximos seis meses.

Com isso, a intenção do empresário de investir também caiu. A expectativa de demanda ficou em 46,6 pontos em julho, ante 46,7 no mês anterior. Para o número de empregados ficou em 41,1 pontos, recuo em relação aos 42,1 de junho. Para as compras de matérias-primas, o índice foi de 44,6 pontos, e era 44,1 pontos em junho.

Em relação à expectativa para as exportações, porém, há um aumento de 1,5 ponto, para 49,9 pontos em julho.

"Próximo à linha divisória, esse índice revela que há expectativa de manutenção da quantidade exportada para os próximos seis meses. Essa exceção pode ser decorrente da desvalorização do real em 2015 e da redução da volatilidade de sua taxa frente ao dólar", pondera nota da CNI.

A intenção de investimento da indústria caiu para 41,3 pontos em julho, menor valor da série histórica, que tem início em novembro de 2013. As piores perspectivas estão nos setores de borracha (23,5 pontos), impressão e reprodução (26,0 pontos) e móveis (29,8 pontos).

As melhores são dos setores de farmacêuticos (73,5 pontos), extração de minerais metálicos (48,8 pontos) e limpeza & perfumaria (48,6 pontos).

Vendas de minério de ferro da Vale são estimadas em alta

08/07/2015 - Fonte: InfoMoney



A mineradora Vale deve registrar novo crescimento das vendas de minério de ferro e pelotas no segundo trimestre, mantendo sua estratégia de defender sua participação de mercado em meio a uma sobreoferta global da commodity e consequente queda de preços.

O relatório de produção da companhia para abril, maio e junho será publicado na quinta-feira, enquanto o balanço financeiro do período está marcado para 30 de julho.

As vendas de minério de ferro e pelotas da Vale devem ter chegado a 82 milhões de toneladas no segundo trimestre, avanço de 10,9 por cento ante o volume do trimestre anterior, segundo média de previsões do Itaú BBA, do Citi e da RBC Capital Markets obtidas pela Reuters. Ante o mesmo período do ano passado, o crescimento seria de 6,5 por cento.

"A Vale vai sobreviver a qualquer ambiente de preço do minério de ferro", afirmaram os analistas do Citi Alexander Hacking e Thiago Ojea, em relatório.

"A gestão da empresa parece estar executando bem seu plano de entrega de projetos residuais e reduzindo custos."

Os analistas do Itaú BBA acreditam que os dados do segundo trimestre já vão mostrar elevação do preço médio do minério de abril e junho em relação aos três meses anteriores, contribuindo positivamente para o resultado da empresa.

"Nós esperamos que o preço realizado de minério de ferro suba para 49 dólares/tonelada no segundo trimestre, ante 44 dólares/tonelada no primeiro, refletindo o impacto positivo da precificação provisória e as taxas de frete mais baixas, mais do que compensando a queda recente de preços", afirmaram os analistas do Itaú BBA Marcos Assumpção e Daniel Sasson.

PRODUÇÃO EM ALTA

O analista da Guide Investimentos Rafael Ohmachi prevê que a produção da Vale apresente avanço ante o primeiro trimestre, em linha com os planos da empresa de aumentar a produção em 10 milhões de toneladas neste ano para 340 milhões, ante a produção registrada em 2014.

Ohmachi afirmou que enquanto grandes rivais da Vale como Rio Tinto e BHP não manifestarem interesse em cortar produção, a mineradora brasileira permanecerá expandindo suas operações.

"A gente não vê interesse muito grande das mineradoras de cortar a produção para elevar os preços do minério, elas estão querendo manter o market share", afirmou Ohmachi.

A corretora RBC Capital Markets estima crescimento de 12 por cento na produção de minério no segundo trimestre ante o primeiro, a 87,6 milhões de toneladas, e avanço de 6 por cento na produção de pelotas, a 15,1 milhões de toneladas.

Os preços do minério de ferro no mercado à vista na China tocaram neste mês o menor nível em dez anos, em meio a uma perspectiva negativa para a economia do país asiático. Nos últimos dias, os preços apresentaram uma leve recuperação e fecharam nesta quarta-feira cotados a 50,70 dólares por tonelada.

Para minimizar as perdas com os preços baixos, a Vale busca a redução de custos, incluindo a melhoria de eficiência nas suas minas, o que tem sido bem recebido pelo mercado.

"Eles estão substituindo produção de minério com menor qualidade por produtos de alta qualidade", frisou Ohmachi.

A empresa anunciou recentemente que planeja substituir capacidade de produção entre 25 milhões e 30 milhões de toneladas ao ano de minério de ferro, mantendo sua meta de produção para 2015.

Desemprego sobe para 6,9%, a maior taxa para junho em 5 anos

08/07/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

A taxa de desemprego apurada nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil subiu para 6,9% em junho, ante 6,7% em maio, segundo dados sem ajuste sazonal divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a maior taxa para um mês de junho desde 2010.

O rendimento médio real do trabalhador, já descontados os efeitos da inflação, ficou em R\$ 2.149 - o que significa alta de 0,8% em relação a maio e recuo de 2,9% ante junho do ano passado. Já a massa de renda real habitual dos ocupados somou R\$ 49,5 bilhões, estável em relação a maio. Na comparação com junho de 2014, no entanto, o montante diminuiu 4,3%.

Panorama da economia

Em meio à desaceleração econômica no País, as vendas do comércio varejista tiveram o quarto mês seguido de queda. O indicador caiu 0,9% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, informou o IBGE. O recuo das vendas em maio foi o mais intenso para o mês desde 2001: <http://oesta.do/1HZHfFO>

O IBGE mostra que um número ainda maior de pessoas está buscando emprego. Só a população desocupada cresceu 44,9% em relação a junho do ano passado, uma diferença de 522 mil pessoas a mais na fila por uma vaga.

A procura por trabalho cresceu em parte devido aos "reforços" trazidos por um contingente de 298 mil pessoas que foram demitidas em um ano. Com isso, a população ocupada diminuiu 1,3% na comparação com junho do ano passado.

Nesse horizonte, a população economicamente ativa (que trabalha ou busca emprego) cresceu 0,9%, o que significa um contingente de 224 mil pessoas a mais nesta condição. Por outro lado, também aumentou o número de inativos em 194 mil, o que representa avanço de 1,0% em relação a junho do ano passado.

Na comparação mensal, o quadro é semelhante. Enquanto 27 mil pessoas perderam o emprego em junho ante maio (o que provocou queda de 0,1% na população ocupada no período), 53 mil pessoas engrossaram a fila do desemprego. Com isso, a população desocupada avançou 3,3% no mês passado em relação a maio.

A população economicamente ativa, por sua vez, avançou 0,1% no confronto mensal, o que significa 27 mil pessoas a mais atuando ativamente no mercado de trabalho, enquanto o contingente de inativos ficou 0,2% maior em relação a maio (um adicional de 38 mil pessoas).

Vagas formais. A pesquisa também aponta que o número de empregados com carteira assinada no setor privado diminuiu 2,0% em junho em relação a igual mês de 2014. Isso significa que foram fechados 240 mil postos de trabalho formais no período.

Isso não significa que o número de empregados sem carteira no setor privado aumentou, pelo contrário. Esse contingente encolheu 0,8% em junho ante igual mês do ano passado, o que representa um corte de 16 mil vagas.

Houve ainda redução de 53 mil no número de empregadores no período, um corte de 5,3% em relação a junho do ano passado. As únicas modalidades de emprego que cresceram na comparação interanual foram conta própria (+9 mil) e militar ou funcionário público (+106 mil).

Na comparação mensal, o emprego com carteira assinada recuou 0,3% ante maio, um corte de 39 mil postos. Já o emprego sem carteira cedeu 0,2% no período (-3 mil pessoas). O número de trabalhadores por conta própria também diminuiu 0,4% em junho ante o mês anterior (-17 mil pessoas).

Por outro lado, aumentou em 18 mil o número de empregadores em junho ante maio (avanço de 1,9% no período), enquanto o contingente de militares ou funcionários públicos cresceu em 32 mil, o que significa alta de 1,7%.

Curitiba e Rio de Janeiro já acumulam inflação acima de 10% em 12 meses

08/07/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

As regiões metropolitanas de Curitiba e Rio de Janeiro já acumulam aumentos de preços superiores a 10% nos 12 meses até julho, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), anunciado nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outras quatro regiões sustentam avanços acima de 9% no período, enquanto a inflação média do País neste horizonte está em 9,25% - a mais elevada desde dezembro de 2003.

A região metropolitana de Curitiba foi a primeira a ultrapassar a barreira de dois dígitos, já no IPCA de junho, divulgado no início deste mês. Com o resultado de julho, a inflação da região avançou um pouco mais e está agora com alta de 10,73% nos 12 meses até julho.

Os dados das tabelas do IBGE mostram que os aumentos de tarifas de ônibus e energia foram muito mais salgados na região metropolitana de Curitiba no último ano, o que contribui para que ela esteja na liderança das 11 regiões investigadas no IPCA-15.

A novidade agora é a inflação do Rio de Janeiro, que atingiu 10,04% nos 12 meses até julho, apontou nesta quarta-feira o IBGE. A região metropolitana responde por 12,46% do

índice nacional, atrás apenas de São Paulo, cujo peso corresponde a quase um terço do IPCA-15.

Outras quatro regiões sustentam inflação acima de 9% nos 12 meses até julho, segundo o IBGE: Porto Alegre (9,76%), São Paulo (9,43%), Goiânia (9,65%) e Belém (9,15%). Cinco regiões mantêm inflação abaixo da média nacional: Recife (8,57%), Salvador (8,15%), Belo Horizonte (7,86%), Fortaleza (8,89%) e Brasília (8,07%).

Votorantim suspende produção de fábrica

08/07/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

A Votorantim Cimentos, empresa do Grupo Votorantim, anunciou a dispensa de funcionários e a suspensão da produção na sua fábrica de cimentos no município de Ribeirão Grande, sudoeste paulista. Dos 128 funcionários a serem dispensados, 83 já não trabalharam ontem.

Os três fornos da Cimentos Ribeirão Grande foram desligados. A fábrica, que já foi a principal empregadora da cidade, de 7.341 habitantes, ainda é a maior geradora de receita.

A Votorantim Cimentos alegou "o atual contexto macroeconômico brasileiro" para justificar as demissões. Conforme nota da empresa, a partir de agosto a unidade passa a funcionar como centro de distribuição, mantendo a expedição e a distribuição das marcas Ribeirão e Votoran para o mercado regional.

Com a produção da unidade suspensa, o cimento passa a ser fornecido por outras fábricas da empresa na região, "sem qualquer alteração nas relações comerciais".

Ainda segundo a nota, a suspensão é temporária e a empresa retomará as atividades de produção assim que as condições de mercado permitirem.

"A suspensão decorre do processo de revisão de nossas operações para a melhoria constante de eficiência operacional e da competitividade da companhia", informa. A empresa fez reuniões com a prefeitura para discutir as demissões.

De acordo com o chefe de gabinete Marcelo Nunes, a uma parte do quadro será oferecida a transferência para outras unidades do grupo. Na região, a empresa tem fábricas de cimento em Votorantim e Salto de Pirapora. Segundo ele, o impacto da suspensão das atividades será significativo, já que a Votorantim é a maior geradora de impostos da cidade, que tem orçamento anual de R\$ 34 milhões.

A indústria é a única do município e foi a maior empregadora até ser ultrapassada em número de empregos pela prefeitura, com 400 servidores.

"Vamos ter de nos adequar a uma nova realidade", disse. A esperança é de que, no futuro, a fábrica volte a produzir cimento. "O grupo é dono de grandes jazidas no município e informou que vai manter as licenças em dia."

A Votorantim Cimentos possui outras 34 plantas cimenteiras no Brasil, além de estar presente em outros 13 países.

Em 2014, o grupo teve receita líquida de R\$ 12,9 bilhões, com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, segundo informa em seu site.

Deterioração industrial avança, aponta CNI

08/07/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo



A indústria brasileira terminou o primeiro semestre de 2015 com a produção em queda, menor número de empregados e com maior ociosidade em suas plantas.

De acordo com a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produção em junho ficou em 40,3 pontos, recuo em relação aos 41,7 pontos de maio. Pela metodologia da pesquisa, números abaixo de 50 pontos significam queda e, quanto menor o índice, maior a redução.

A utilização da capacidade instalada caiu para 65% em junho, ante 66% em maio. É o menor patamar da série, que teve início em janeiro de 2011. Em junho, a pesquisa também indicou queda no número de empregados, com o índice em 40,7 pontos, 0,7 ponto porcentual abaixo do registrado em maio.

"Em um quadro tão amplamente negativo, torna-se imperativo a tomada de medidas que possibilitem a redução dos custos da indústria e consequente aumento de sua competitividade", destaca nota da CNI.

Apesar das sucessivas quedas na produção, os estoques continuam subindo. Em junho, a alta foi de 0,9 ponto, para 52,1 ponto. Os estoques estão acima do nível desejado, com o indicador que mede o estoque efetivo planejado em 53,1 pontos.

Nesse cenário, a situação financeira das empresas se deteriorou no segundo trimestre, o que a CNI atribui à baixa atividade econômica, aliada às políticas fiscal e monetária contracionistas.

O indicador de situação financeira ficou em 39,3 pontos e o do lucro operacional em 33,4 pontos- números abaixo de 50 refletem insatisfação.

O indicador de facilidade de acesso ao crédito também ficou abaixo desse patamar (31,6 pontos). Os preços de matéria-prima continuam em alta no segundo trimestre (64,7 pontos), mas em ritmo menor do que no primeiro trimestre (71 pontos).

Problemas. Para os empresários consultados pela CNI, o maior problema no momento é a elevada carga tributária, reclamação de 44,8% dos entrevistados.

"Esse resultado sugere que as recentes medidas do governo federal para o cumprimento do ajuste fiscal e as discussões sobre o tema teriam aumentado ainda mais a preocupação com os efeitos deletérios da tributação sobre as empresas", afirma a confederação, em nota.

Além disso, a demanda interna insuficiente é problema para 44,2% dos entrevistados. Foram destacados ainda os custos com energia (37,5%) e matéria-prima (21,1%) entre as dificuldades enfrentadas pelo setor

FGV. Em outra pesquisa também divulgada ontem, dessa vez da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a confiança da indústria avançou 0,6% na prévia de julho ante o mês anterior.

Mas o resultado está mais para uma "declaração de otimismo" vinda de alguns setores industriais do que um sinal de retomada firme. Há ainda nova piora no ambiente político, e essas incertezas podem afetar o ânimo dos empresários.

"O resultado ainda é muito discreto para ser comemorado. Ainda não houve uma virada na rota negativa da confiança", afirmou o superintendente adjunto de Ciclos Econômicos da FGV, Aloisio Campelo.

Em junho, a confiança cedeu 4,9% em relação ao mês anterior, atingindo o menor nível da série histórica, iniciada em abril de 1995.

A avaliação sobre o momento atual continua ruim e caiu 2% em julho ante junho, aponta a prévia.

Segundo o superintendente, as empresas ainda avaliam o momento atual como negativo, diante dos estoques elevados e da demanda fraca.

Inadimplência na indústria ameaça subir

08/07/2015 - Fonte: Conexão Marítima

Pesquisa produzida pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecom) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) mostra que 85,6% das empresas que têm financiamento de longo prazo estão adimplentes.

Mas há um sinal amarelo: 18,5% delas acreditam que podem não conseguir realizar os pagamentos do financiamento este ano.

Cláudio Miquelin, diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (DEMPI) da Fiesp, vê como problema a mudança frequente do quadro do país. "Pode ser que em 15 dias o panorama mude", alerta Miquelin. "Atravessamos um momento sem expectativa de futuro".

Empresas terão de entregar declaração de planejamento tributário

08/07/2015 - Fonte: Portal Contábil

O governo decidiu adotar uma nova relação com as empresas que fazem planejamentos tributários, ou seja, aquelas que usam as brechas legais para pagar menos tributos.

Para tanto, a Medida Provisória nº 685, publicada no "Diário Oficial da União desta quarta-feira (22), estabelece que aquelas empresas terão de enviar à Receita Federal uma declaração informando previamente as operações que possam acarretar a falta ou o atraso no recolhimento de tributos.

Para a Receita, a medida "visa aumentar a segurança jurídica no ambiente de negócios do país e gerar economia de recursos públicos em litígios desnecessários e demorados".

A declaração será entregue à Receita até 30 de setembro, relatando as operações realizadas no ano anterior.

Segundo o secretário da Receita, Jorge Rachid, a nova declaração "dará mais segurança jurídica aos contribuintes, que poderão consultar o órgão sobre um planejamento tributário futuro. A sistemática melhora a relação fisco-contribuinte, aumenta a segurança jurídica e reduz os litígios".

A Receita diz que a ausência de informações completas e relevantes a respeito das estratégias de "planejamentos tributários nocivos" é um dos principais desafios enfrentados pelas administrações tributárias no mundo.

"O acesso rápido a essas informações oferece a oportunidade de responder rapidamente aos riscos de perda de arrecadação tributária por meio de fiscalização ou de mudança na legislação."

O principal objetivo da declaração é instruir a administração fazendária com informações rápidas a respeito do planejamento tributário.

"A medida também visa a segurança jurídica da empresa que revela a operação, inclusive com cobrança apenas do tributo devido e de juros de mora caso a operação não seja reconhecida, para fins tributários, pela Receita."

O advogado Fernando Grasseschi Machado Mourão, do escritório Braga & Moreno Consultores e Advogados, avalia que a exigência de entregar a declaração traz mais insegurança aos empresários.

"As novas regras criam um subjetivismo quanto às operações praticadas, na medida em que permitem que o fisco avalie a licitude e a pertinência de operações como incorporações, aquisições etc., desprezando o fato de que os administradores devem considerar nos negócios os custos tributários para a preservação da empresa e se reorganizar para esse fim", diz o advogado.

Segundo Mourão, a Constituição dá aos contribuintes algumas garantias contra essa interferência, como segurança jurídica, legalidade e não interferência na iniciativa privada.

DÉBITOS X PREJUÍZOS FISCAIS

A MP nº 685 também instituiu o Prorelit (Programa de Redução de Litígios Tributários), que permite o uso de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), apurados até 31 de dezembro de 2013, para a quitação de débitos tributários vencidos até 30 de junho deste ano.

As empresas interessadas no benefício terão apenas 70 dias -até 30 de setembro próximo- para apresentar o requerimento de adesão ao programa.

Outra condição para adesão é o pagamento à vista, em dinheiro, de no mínimo 43% do valor consolidado da dívida, que deverá ser feito até o último dia útil do mês em que o requerimento for apresentado. Os restantes 57% poderão ser pagos com o uso de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL.

TAXAS SÃO ATUALIZADAS

A MP também autoriza o governo a "atualizar monetariamente" 25 taxas instituídas por 11 leis, editadas entre 1989 e 2010. Algumas dessas taxas ainda estão fixadas em Ufir (a antiga Unidade Fiscal de Referência, extinta em 2000) ou em percentual sobre o faturamento das empresas.

Entre elas estão a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, a Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, a Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, a Taxa de Saúde Suplementar, a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, a Taxa de Fiscalização da Aviação Civil, as taxas de fiscalização da prestação de serviços e de exploração de infraestrutura atribuídas à ANTT (transportes terrestres) e à ANTAQ (transportes aquaviários) e a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e de Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta.